

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Rua 03, Quadra 17, s/n | Jardim dos Ipês, Bloco VII, Sala 03 | 77500-000 | Porto Nacional/TO
(63) 3363-9440 | www.uft.edu.br/ppgg | pposmgeo@mail.uft.edu.br



GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

| | | |
|---------------------|---------------------------------|-----------------------|
| Créditos: 04 | Carga Horária: 60 h/aula | Tipo: Optativa |
|---------------------|---------------------------------|-----------------------|

EMENTA: Caracterização dos pressupostos teóricos e metodológicos da educação ambiental. Os diversos elementos de cunho sócio-econômico e ambiental envolvidos na educação ambiental. Analisar as formas e maneiras de interação entre esses elementos, de maneira a associar uma visão direcionada para a proteção e valorização do meio ambiente, aquela da educação ambiental como instrumento de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida da população.

BIBLIOGRAFIA:

ALFREDO, Anselmo. Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

ERLINCK, C; SANTOS, I .A. , A, SILVA C. M., TAVOLUCCI, A.B.L. , STEINKE, V. A STEINKE, E.T. , MELO, V.R. M ALMEIDA, F. J. , SILVA, M. I. C. E, SAITO. C. H. Educação Ambiental como Circulo de Cultura Freireano por meio de investigação-ação: Estudo de Caso sobre instrumentalização de Comitês de Bacias Hidrográficas. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande- RS: v.10, p.89-103,2003.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Hídricos. Lei 9.433/97

_____. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9.795/99

_____. Política Nacional de Resíduos sólidos. Lei 12.305/2010.

_____.Lei nº 10.257, de 10/07/2001. Estatuto das Cidades. Regula os artigos 182 e183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providencias. Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder Legislativo) Edição nº 133, de 11/07/2001. Brasília-DF

_____. Decreto N° 7.404/2010. Comitê Interministerial

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Adensamento Tecnológico do Processo em Cadeia da Reciclagem: Com foco nas cadeias Produtivas dos Materiais Recicláveis. Brasília: Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, 2005

_____. Ministério da Saúde. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____.Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Resíduos Sólidos Domiciliares: Um programa de coleta seletiva com inclusão social. Lima, Rosimeire Suzuki – Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

_____.Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: A Agenda 21. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

_____. Comissão de políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Agenda 21 Brasileira –Bases para Discussão Brasília: MMA/PNUD, 2000 a

_____. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Agenda 21 Brasileira- Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira Cidades Sustentáveis. Brasília, MMA, IBAMA, Consorcio Parceria 21, IBAM/ISER-REDEH, 2000b.

_____.Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias. Brasília MMA/PNUD, 2001 a

_____._____.Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional. Brasília: MMA/PNUD, 2001 b

CAVALCANTE, Clovis (Orgs.), Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, José Sérgio (org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.

FLICKINGER, H. G. O ambiente Epistemológico da Educação Ambiental, Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.19 (2), p.197-207, 1994.

GARCIA, L. P.; RAMOS, B. G. Z. Gerenciamento dos resíduos sólidos de serviços de saúde: uma questão de biossegurança. Escola Nacional de Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro- RJ: 2003.

CANEPA, Carla. Cidades Sustentáveis: O município como lócus da sustentabilidade. São Paulo: RCS, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges. Dilemas Urbanos. São Paulo: Contexto, 2003.

CARRERA, Francisco. Cidade sustentável: utopia ou realidade? Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

ESTATUTO DA CIDADE: Guia para a implementação pelos municípios e cidadãos: Brasília DF, Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações. 2001.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. Planejamento ambiental para a cidade sustentável. São Paulo: Annablume, 2000.

GUIMARÃES, Raul B. et. AL. Sistema de Informação para a tomada de decisão Municipal. Presidente Prudente: Relatório de Pesquisa FASE II – FAPESP, Programa Políticas Públicas. 2003.

GONÇALVES, Polita. A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

LOUREIRO, Frederico Carlos (Org) Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental. 2ª ed. São Paulo Cortez, 2011.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. Epistemologia Ambiental. 2ª ed. São Paulo Cortez, 2002.

_____. Discursos Sustentáveis. São Paulo Cortez, 2010.

PEDRINI, Alexandre Gusmão, (Org.) Metodologias em Educação Ambiental, Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2007.

RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.) Metamorfose social e políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RUAS, Maria das Graças. Políticas públicas e políticas públicas no Brasil: conceitos básicos e achados empíricos. In: Ruas, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Isabel. Estudo da Política: temas selecionados. Brasília: Ed. Paralelo 15, 1998.